



Relatório Circunstanciado sobre as Contas de Governo do Prefeito do Poder Executivo Municipal de Engenho Velho referente ao Exercício Financeiro de 2018.

Conforme prevê o art. 71, da Resolução TCE/RS nº 1.028, de 4 de março de 2015 e as instruções contidas a alínea "a", inciso III, art. 2º, da Resolução nº 1.052, de 18 de dezembro de 2015, editada por desta Egrégia Corte de Contas, encaminho o Relatório sobre as contas de governo referentes as atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2018, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação os seguintes documentos:

- ✓ *Sobre a administração econômico-financeira e patrimonial:*
- a. Relatório minucioso sobre as Contas de Governo do Sr. Prefeito de Engenho Velho, indicando o atingimento, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS);
 - b. Relatório e parecer do responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI), que evidencie a consistência dos sistemas de controle interno da administração do Executivo Municipal;
 - c. Cópia das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências adotadas;
 - d. Declaração firmada pelo operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal (BLM), informando terem sido devidamente encaminhadas as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito;
 - e. Declaração de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas, nos termos dos artigos 6º e 15 da Resolução nº 963, de 19 de dezembro de 2012;



- f. Declaração firmada pelo contador e ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados;
- g. Tendo sido instituído regime previdenciário próprio, sob a forma de fundo, deverão ser entregues os pareceres dos conselhos que, por força de lei, devem se manifestar sobre as respectivas contas;

Cabe salientar, que os documentos para o exame das Contas de Gestão do Poder Executivo Municipal de Engenho Velho, referente ao **Exercício Financeiro de 2018**, nos termos definidos pelo art. 3º da Resolução TCE/RS nº 1.052, de 18 de dezembro de 2015, serão colocados à disposição do Tribunal de Contas, para fins de eventual requisição, os seguintes documentos, a partir do último dia útil do mês de janeiro de 2018:

- ✓ *Sobre a aplicação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE):*
 - a. Relatório e parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), previsto na Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, relativo à alocação e à aplicação dos recursos vinculados a esse Fundo; e
 - b. Relatório e parecer do responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI), relativo à aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
- ✓ *Sobre a aplicação dos recursos vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):*
 - a. Relatório e parecer do Conselho Municipal de Saúde, previsto na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012; e
 - b. Relatório e parecer do responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI), relativo à aplicação dos recursos vinculados às ações e aos serviços públicos de saúde.

1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A demonstração dos efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio, por serem fartamente abordadas nos demonstrativos orçamentários e contábeis



anexos na presente Prestação de Contas, deixam de ser reproduzidos. Entretanto, é importante ressaltar que o Município não ficou com restos a pagar com insuficiência financeira.

1.1) Análise quanto aos limites de despesas com pessoal e a sua evolução no exercício:

II. Evolução da Despesa com Pessoal

EXERCÍCIO	RCL	Evolução % da RCL	DESPESAS COM PESSOAL	
			R\$	% s/ RCL
2002	2.644.597,06		812.808,32	30,73
2003	2.889.552,60	9,26	868.280,57	30,05
2004	3.267.058,03	13,06	1.011.651,31	30,97
2005	3.989.431,76	22,11	1.129.301,49	28,31
2006	4.759.057,81	19,29	1.421.130,87	29,86
2007	5.398.127,03	13,43	1.635.248,31	30,29
2008	6.183.266,84	14,54	1.964.605,72	31,77
2009	6.174.091,60	-0,15	2.504.466,41	40,56
2010	6.869.318,41	11,26	2.811.665,09	40,93
2011	7.865.467,69	14,5	3.822.592,66	48,6
2012	8.074.570,58	2,66	3.878.481,25	48,03
2013	9.212.197,27	14,09	3.916.092,92	42,51
2014	9.976.512,25	8,3	4.819.008,26	48,3
2015	10.344.878,45	3,69	5.484.009,15	53,01
2016	11.940.625,32	15,43	5.615.856,99	47,03
2017	11.708.563,16	-1,94	5.403.417,78	46,15
2018	12.791.933,07	8,47	6.680.309,55	52,22

1.2) Análise quanto ao endividamento de curto e longo prazo.



Evolução da Dívida Consolidada Líquida

EXERCÍCIO	RCL	Evolucao % da RCL	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
			R\$	% s/ RCL	Evolução % (em p.p*)
2002	2.644.597,06		0,00	0,00	
2003	2.889.552,60	9,26	0,00	0,00	0,00
2004	3.267.058,03	13,06	0,00	0,00	0,00
2005	3.989.431,76	22,11	0,00	0,00	0,00
2006	4.759.057,81	19,29	0,00	0,00	0,00
2007	5.398.127,03	13,43	0,00	0,00	0,00
2008	6.183.266,84	14,54	0,00	0,00	0,00
2009	6.174.091,60	-0,15	0,00	0,00	0,00
2010	6.869.318,41	11,26	65.362,51	0,95	0,95
2011	7.865.467,69	14,50	0,00	0,00	-0,95
2012	8.074.570,58	2,66	47.461,88	0,59	0,59
2013	9.212.197,27	14,09	35.949,47	0,39	-0,20
2014	9.976.512,25	8,30	12.763,23	0,13	-0,26
2015	10.344.878,45	3,69	0,00	0,00	-0,13
2016	11.940.625,32	15,43	0,00	0,00	0,00
2017	11.708.563,16	-1,95	0,00	0,00	0,00
2018	12.791.933,07	8,47	103.786,54	0,81	0,00

Dos Restos a Pagar 2018

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado
1	RECURSO LIVRE	0,00	235.485,32
1345	CAMINHO DA ESCOLA	0,00	226.550,00
1392	MAPA-APOIO SETOR AGROPECUARIO	0,00	185.909,98
1393	MAPA - C.873938 (ESCAVADEIRA HIDRAULICA)	0,00	371.604,70
SUBTOTAL		0,00	1.019.550,00
TOTAL			1.019.550,00



Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DO EXERCÍCIO ATUAL	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00		0,00

Evolução das Garantias e Contragarantias

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

Evolução das Operações de Crédito

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	103.786,54	0,81%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

2) Das Metas Previstas no Plano Plurianual (PPA).

O cumprimento dos programas de governo e suas ações foram atingidos parcialmente, no exercício que se encerrou em 31/12/2018, a execução orçamentária do ano de 2018 demonstra o atendimento parcial das demandas planejadas e previstas no plano plurianual.

3 – DAS INFORMAÇÕES SOBRE VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

3.1) RECURSOS APLICADOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, MDE, INCLUINDO OS RECURSOS DO FUNDEB.



3.1.1) Aplicação recursos MDE:

<u>Exercício</u>	<u>Aplicação em MDE</u>	<u>Receita Líquida de Impostos e Transferências</u>	<u>Total da Aplicação em MDE(%)</u>
2006	1.062.510,57	3.792.215,40	28,02
2007	1.271.596,96	4.226.142,34	30,09
2008	1.630.352,10	5.210.410,34	31,29
2009	1.662.032,37	5.133.525,35	32,38
2010	1.744.968,91	5.483.817,80	31,82
2011	1.941.262,32	6.860.525,56	28,30
2012	2.116.456,43	7.144.184,61	29,62
2013	2.086.245,76	7.489.939,58	27,85
2014	2.420.122,77	8.307.772,38	29,13
2015	2.672.302,15	8.918.030,51	29,97
2016	2.956.263,89	10.362.133,95	28,53
2017	2.904.126,69	10.320.567,69	28,14
2018	3.003.826,99	11.069.408,20	27,14

3.1.2) Aplicação recursos FUNDEB:

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	910.507,64	0,00	910.507,64
31	EDUCACAO INFANTIL	62.152,90	0,00	62.152,90
SUBTOTAL I		972.660,54	0,00	972.660,54
(+ Perda com o FUNDEB		933.339,29	0,00	933.339,29
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		851,72	0,00	851,72
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		18,97		1.905.148,11
		% de Aplicação		Valor Aplicado

3.1.3) Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2018



3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2018

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	752.699,66	0,00	752.699,66
31	EDUCACAO INFANTIL	62.152,90	0,00	62.152,90
TOTAL		814.852,56	0,00	814.852,56
% de Aplicação				76,03

3.2) RECURSOS APLICADOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-9.948,34	
40	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	319.345,97	
40	ATENCAO BASICA	1.521.402,11	
SUBTOTAL I		1.830.799,74	
		% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		16,54	1.830.653,96

4 – DO DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO CONFORME ART. 58 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Receita orçamentária teve o seguinte desempenho no exercício que se encerrou:



RECEITAS CORRENTES		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHO	245.637,00	394.400,10
CONTRIBUICOES	856.000,00	1.533.828,16
RECEITA PATRIMONIAL	1.166.500,00	1.278.844,24
RECEITA DE SERVICOS	405.500,00	205.087,74
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.918.562,60	13.304.115,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	167.658,26
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	16.593.199,60	16.883.934,09
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	0,00	103.786,54
ALIENACAO DE BENS	1.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	886,93
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	1.403.694,01
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.508.367,48
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-2.594.199,60	-2.124.037,79
TOTAL DAS RECEITAS	14.000.000,00	16.268.263,78

5. Da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	13.330.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	4.068.145,00
Créditos Especiais	3.445.081,45
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	3.140.864,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	17.702.362,45
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	
VALOR	
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	13.534.744,81
Liquidado	12.515.194,81
Pago	12.515.194,81
SALDO A LIQUIDAR	1.019.550,00
SALDO A PAGAR	0,00



Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessários com o cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Engenho Velho, aos 15 e janeiro de 2019

PAULO ANDRE DAL ALBA
Prefeito Municipal